

# **A presença pública dos empresários vimaranenses no século XX**



A Exposição Industrial de Guimarães de 1884 é a primeira mostra pública da realidade industrial do concelho onde estava a emergir uma diversificada produção fabril, que ultrapassara a fase artesanal, já com expressão exportadora.

*“A tecelagem dos linhos e algodão é no nosso país quase uma indústria doméstica. No concelho de Guimarães porém ela tem aumentado e dado lugar a um comércio assaz importante que o catálogo distingue por tecidos de exportação”* escrevia em reportagem a publicação “Comércio Português”.<sup>1</sup>

Em exposição estiveram dezenas de empresas locais localizadas ao longo de todo o território concelhio, sendo a “Real Fábrica de Caneiros de Guimarães & Filho” e a “Fábrica a Vapor de Tecidos de linhos e Algodão do Castanheiro de António Costa Guimarães, Filho & C<sup>a</sup>”, as principais representadas.

A exposição não foi porém promovida pelos industriais, mas pela Sociedade Martins Sarmiento (acabada de se constituir) e Câmara Municipal, através de uma comissão central liderada por Alberto Sampaio, um académico. Na sua abertura discursaram o Barão do Pombeiro pela S.M.S. e António Coelho Mota Prego, advogado, Presidente da Câmara. Nenhum empresário.

Nos finais do século XIX, as elites dirigentes, em Guimarães, ainda não eram os “industriais”, os empresários de hoje. Com raras exceções, estes estavam a trabalhar nas suas fábricas que tinham criado e não tinham ainda ascendido aos “notáveis” da terra.

Estes eram os proprietários que viviam de rendas e tinham outra disponibilidade e que, em alguns casos, acumulavam com o exercício de profissões liberais na advocacia, na medicina, no ensino, nas artes ou nas letras.

Mas, a partir do início do século XX já vamos encontrar nas instituições públicas, sejam elas a vereação municipal, as festas da cidade, o Vitória, as “instituições de piedade”, depois “instituições de beneficência” e hoje IPSS (instituições Particulares de Solidariedade Social), os principais empresários do concelho que, para além das suas empresas, assumiram ao longo de todo o século a liderança institucional na comunidade.

Homens como Bernardino Jordão<sup>2</sup>, João Rodrigues Loureiro<sup>3</sup>, Álvaro Costa Guimarães<sup>4</sup>, João Gualdino Pereira<sup>5</sup>, José Pinto Teixeira de Abreu<sup>6</sup>, Francisco Inácio Cunha Guimarães<sup>7</sup>, António Lima<sup>8</sup>, José Jacinto Júnior<sup>9</sup>, Camilo Laranjeiro<sup>10</sup>, António Teixeira de Melo<sup>11</sup>, Alberto Pimenta Machado<sup>12</sup>, Aprígio Cunha Guimarães<sup>13</sup>, Joaquim

---

<sup>1</sup> “A Exposição Industrial de Guimarães”, edição de “A Muralha”, 1991

<sup>2</sup> Concessionário da distribuição elétrica do concelho. Faleceu em 1940. Proprietário do Teatro Jordão. Dirigente do Partido Republicano (PRP).

<sup>3</sup> Gerente dos Armazéns Bento Santos Costa.

<sup>4</sup> Filho do fundador e administrador da Fábrica do Castanheiro.

<sup>5</sup> Presidente da Associação Comercial. Gerente da Casa “João Gualdino Pereira”. Vice-Presidente da Câmara.

<sup>6</sup> 1º Presidente da Câmara Municipal nomeado pela República em 5 de outubro de 1910. Gerente da Casa dos Linhos e Industrial.

<sup>7</sup> Industrial em Pevidém. Tem o nome na praça principal da Vila.

<sup>8</sup> Administrador da Fábrica do Arquinho onde começou como operário. Político desde a monarquia até aos anos 1950. Vereador Municipal e Presidente de comissões de festas gualterianas.

<sup>9</sup> Participante na revolução do 5 de outubro de 1910 em Lisboa. Administrador na Fábrica do Castanheiro.

<sup>10</sup> Comerciante. Membro de comissões de festas gualterianas.

<sup>11</sup> Fundador da SOMELOS (Ronfe). Presidente da Casa do Povo de Ronfe.

<sup>12</sup> Maior empresário de Guimarães nas décadas de 1940 e 1950. Político, benemérito, dirigente de associações, Presidente das gualterianas.

<sup>13</sup> Industrial em Pevidém. Filho de Francisco Inácio. Vereador municipal nos anos 1930 e 1940.

Sousa Oliveira <sup>14</sup>, António Urgeztes Santos Simões <sup>15</sup>, Antero Henriques da Silva <sup>16</sup>, Albano Coelho Lima <sup>17</sup>, António Emílio Ribeiro <sup>18</sup>, Alberto Costa Guimarães <sup>19</sup>, João Mendes Ribeiro<sup>20</sup>, Manuel Paulino Ferreira Leite <sup>21</sup>, Casimiro Coelho Lima <sup>22</sup>, Domingos Torcato Ribeiro <sup>23</sup>, António Manuel Rodrigues Guimarães <sup>24</sup>, José Eduardo Machado <sup>25</sup> e, por último, António Xavier <sup>26</sup>, entre outros, deixaram o seu nome na história local pelas empresas que criaram ou geriram, mas também ou sobretudo pela sua presença pública ao serviço da comunidade na política, no futebol, no apoio social, na vida associativa em geral.

Em muitos casos esta intervenção dupla não separou as águas. Houve porventura decisões municipais onde o interesse empresarial se sobrepôs ou pelo menos foi considerado. O Vitória, antes e depois do profissionalismo total, teve muitos jogadores com empregos nas fábricas dos seus dirigentes. As instituições sociais receberam dotações significativas em espécie e em valores monetários dos seus beneméritos. Muitas iniciativas associativas foram patrocinadas pelas empresas dos seus associados.

A envolvência na vida da comunidade não foi sempre desinteressada. O protagonismo público no futebol proporcionou relações e negócios. As ajudas e dádivas nos momentos mais graves das crises sociais, nomeadamente na primeira e segunda grandes guerras mundiais, esbateu a revolta e humanizou o acumular de fortunas por aqueles que beneficiaram da Europa paralisada e da neutralidade de Portugal que continuou a produzir.

É a memória dessa relação pública/privada, entre a empresa e o serviço público, o clube e a associação beneficente que procuraremos registar a seguir, particularmente num tempo onde ela deixou de existir. Hoje os empresários estão nas suas empresas quase totalmente afastados dessa presença pública.

---

<sup>14</sup> Industrial em Vizela, Vereador, Benemérito do Vitória, Mesário da Misericórdia, presente em muitas associações em Guimarães e Vizela.

<sup>15</sup> Industrial da Fábrica da Cruz de Pedra. Presidente do Vitória. Presidente da Junta de Vizela S. Miguel. Vereador Municipal.

<sup>16</sup> Industrial da Fábrica da Cruz de Pedra. Apoiou decisivamente a construção do Campo da Amorosa e a última fase do Estádio Municipal. Presidente do Vitória e sua referência maior como Presidente Honorário.

<sup>17</sup> Industrial em Pevidém. Fundador da Coelima. Benemérito de várias instituições. Membro do Rotary Clube. Primeiro referência do empresário vimaranense nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>18</sup> Presidente da Associação Comercial. Gerente da Casa dos Linhos. Presidente das Gualterianas.

<sup>19</sup> Presidente do Vitória. Administrador da Fábrica do Castanheiro, Deputado à Assembleia Nacional. Vice-Presidente da Câmara.

<sup>20</sup> Industrial em Fafe. Presidente da Câmara em 1968/1969. Procurador à Câmara Corporativa em representação do Grémio das Indústrias Têxteis.

<sup>21</sup> Administrador da FERLEITE. Provedor da Misericórdia. Comandante dos Bombeiros.

<sup>22</sup> Administrador da Coelima. Presidente do Vitória. Fundador da Associação de Ciclismo do Minho.

<sup>23</sup> Administrador da Empresa "Campeão Português" (calçado). Benemérito do Vitória. Presidente da Junta de Freguesia da Oliveira do Castelo.

<sup>24</sup> Administrador da TARF (Pevidém). Vereador Municipal. Presidente do Vitória. Provedor da Misericórdia.

<sup>25</sup> Administrador da Empresa Sampedro (Lordelo). Vereador Municipal.

<sup>26</sup> Gerente da XAVI. Presidente da Câmara em democracia (1980). Presidente da "Unidade Vimaranesa" e de grande número de associações da cidade. Medalha de Ouro Municipal de Mérito Social.

## A política

Na primeira vereação municipal do século XX, já encontramos Francisco Magalhães e Manuel Pinheiro Guimarães “negociantes” do Campo do Toural, José Pinheiro comerciante da “Tabacaria Havaneza” e, com mais significado, Bento Santos Costa, o principal armazenista do comércio da cidade<sup>27</sup>.

Os quarenta maiores contribuintes constituíam uma espécie de “Senado Municipal”, órgão consultivo para a emissão de impostos municipais. Registe-se que ainda não eram os “industriais” a integrar “os maiores contribuintes”, dado que as principais contribuições eram pagas pela lavoura e só muito mais tarde a indústria passou a pagar impostos significativos.

Os interesses dos “industriais” eram apresentados em representação de classe. Assim sucedeu, por exemplo, quando os “industriais” de Pevidém expressaram ao Conde de Paçô Vieira, Ministro das Obras Públicas (1903) o pedido de uma estação postal com telégrafo e de ligação ferroviária para transporte dos seus produtos para o Porto de Leixões onde seguiriam para exportação.

Ser empresário, estar na política, dirigir associações de classe, era comum. João Gualdino Pereira (Presidente da Associação Comercial – 1905) foi como vice-presidente da câmara o obreiro da instalação da primeira rede de abastecimento domiciliário de água na cidade. João Rodrigues Loureiro, líder da “União dos Interesses Económicos”, foi dirigente do Partido Republicano Evolucionista, vereador em vários mandatos da República, Presidente da Associação Comercial, foi em sua casa que Salazar pernoitou nas comemorações centenárias de 1940. Tudo enquanto gerente e sócio dos armazéns Bento Santos Costa, onde se tinha iniciado como empregado.

Havia algumas incompatibilidades legais mas ultrapassáveis. Bernardino Jordão foi político desde o início do século até falecer em 1940. Nos dezasseis anos da república (1910 – 1926) foi sempre dirigente do Partido Republicano Democrático de Afonso Costa. Mesmo após o 28 de maio de 1926 garantiu com publicidade das suas empresas a publicação do “Velha Guarda” órgão local do PRP. Nunca porém exerceu qualquer cargo político local porque, como concessionário da distribuição da eletricidade atribuída por contrato com o município, não podia. Foi só Procurador à Junta do Distrito.

José Teixeira de Abreu comerciante da principal Casa de Linhos, afamada em todo o país, foi o primeiro Presidente da Câmara nomeado pela República em outubro de 1910.

A gestão dos interesses públicos com os privados chocava, por exemplo, quando era necessário nomear a “Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial”, ou legislar sobre o descanso aos domingos, arbitrando o interesse dos comerciantes e dos caixeiros.

Muitas vezes esses interesses se conjugavam. Foi a “União dos Interesses Económicos” quem mais defendeu e exigiu o interesse público da frequência dos cursos de 6º e 7º ano de letras e ciências no liceu que o governo pretendeu extinguir ou pelo menos obrigar o município a suportar os seus custos. As empresas precisavam de trabalhadores com formação e eram os filhos das classes dirigentes que estudavam no liceu.

O primeiro imposto sobre a indústria, denominado imposto “ad-valoren”, com uma taxa de 1,5% sobre a venda de tecidos, calçado, couros, cutelarias, celuloide e chifres e de 1% nos restantes produtos, nos anos finais da república (1924), teve natural resistência na reunião do Senado já integrado por muitos “industriais” (28). Foi aprovado com a consciência republicana que defender o Estado era necessário. A indústria vivia um bom momento, patente na II Exposição Industrial, Comercial e Agrícola de Guimarães que então teve lugar.

---

<sup>27</sup> “Guimarães no século XX, Volume I”, Raul Rocha, pág.22

O orçamento municipal vivia aliás muito de empréstimos contraídos junto de particulares locais. Na república era esta a classe social apoiante do regime: os industriais, os comerciantes, os profissionais liberais. Já os proprietários rurais dividiam-se entre monárquicos e republicanos.

Na política de gestão financeira municipal houve sempre uma grande preocupação no cumprimento das obrigações do pagamento de juros e amortizações em função da proximidade entre quem contraía o empréstimo e quem o concedia.

Ao longo de todo o século, esta classe empresarial esteve sempre sobre representada nos órgãos municipais. No último período monárquico (1900-1910), na república (1910-1926), na ditadura (1926-1974). Na primeira comissão administrativa municipal, após o 28 de maio, estavam Constantino Santoalha, Camilo Laranjeiro, Alberto Silva Guimarães, nomes representativos do empresariado republicano.

Na “ditadura”, a divisão política dentro do regime, em Guimarães, foi muito protagonizada por dois grupos sociais dentro da classe economicamente privilegiada: os proprietários da lavoura e os empresários da indústria e comércio. Os primeiros representados por Magalhães Couto, os segundos por Rocha dos Santos. O debate, as pressões, as polémicas, as sucessões no poder municipal, entre estes dois protagonistas, sobre quem devia pagar mais impostos, se a lavoura se a indústria, vai decorrer durante mais de vinte anos, entre os anos 1930 e 1950.

Neste debate teve também a maior influência a presença de António Lima (Fábrica do Arquinho) com grande preponderância nas vereações dos anos 1930 e 1940, embora também com protagonismo, muitas vezes em conflito com o poder municipal, na liderança da organização das Gualterianas. Foi o vereador que mais se empenhou para a instalação da Central de Água de Prazins que ainda hoje abastece todo o concelho.

Joaquim Sousa Oliveira e António Urgezes Santos Simões são empresários residentes na zona de Vizela que tiveram enorme poder nas vereações municipais como em outras instituições locais. Vamos encontrá-los na Misericórdia e no Vitória. Contribuíram também decisivamente, embora escondendo o seu protagonismo, para Vizela permanecer no município de Guimarães durante o “Estado Novo”.

António Faria Martins não foi um empresário no rigoroso sentido. Era um “comercial” que representava empresas, embora tenha sido o fundador da “Sociedade Exportadora Vimaranense”. Tinha porém uma influência enorme no mundo empresarial, na política, no futebol, nas associações. Apoiante de Norton de Matos (candidato da oposição republicana e democrática nas presidenciais de 1949), foi vereador municipal nos anos 1950, sucedendo a Aprígio Cunha Guimarães, em representação dos “interesses de Pevidém” onde residia, como anunciou. Vamos encontrá-lo em quase tudo que mexia em Guimarães: no Vitória, A. F. Braga, F. P. Futebol, nos Bombeiros, nas Nicolinas. Só não gostava das gualterianas.

Nos anos 1960 é Alberto Costa Guimarães, neto do fundador da Fábrica do Castanheiro, que ascende a deputado à Assembleia Nacional, depois de dinamizar a Exposição Industrial de 1953, ser Presidente do Vitória na subida de divisão (1958), e vice-presidente da Câmara.

Nos finais do regime de Salazar, João Mendes Ribeiro, natural de Guimarães, industrial da Fábrica do Ferro em Fafe, Procurador à Câmara Corporativa (espécie de Conselho da Concertação Social com empresários, sindicatos, municípios, misericórdias), foi nomeado Presidente da Câmara (1968-1969) mas incompatibiliza-se com o Governador Civil, é demitido, contra o apoio das associações locais.

António Manuel Rodrigues Guimarães, administrador da TARF – Pevidém, começa pela vereação municipal, muito novo, ainda nos anos 1960, tem grande protagonismo como vereador do desporto nos primeiros anos do Estádio Municipal. É aí que se liga ao Vitória onde vem a ser presidente (1973-1974). É também Provedor da Misericórdia.

Por último, e já em democracia, António Xavier é o último dos empresários locais na política, no Vitória, nas instituições sociais, no associativismo. Presidente da Câmara nos anos 1980, vem do movimento “Unidade Vimaranense”, a última presença do empresariado local na vida política. Desapareceram.

## No apoio social

As “instituições de piedade” foram ao longo de todo o século, ainda hoje o são, fundamentais no equilíbrio social local. No seu início eram detentoras de elevado património e disponibilidades financeiras, dado recolherem muitos donativos particulares, até avultadas heranças, e receberem elevadas rendas de propriedades.

Nos anos finais da monarquia (1900-1910) foi estabelecido pela administração municipal que estas instituições deveriam entregar até 10% do seu orçamento anual para ser distribuído pelos pobres. Era o denominado “dinheiro da beneficência”. Porém nem sempre o poder municipal o distribuiu, gastou-o em outros eventos, o que levou a “guerras políticas”<sup>28</sup>.

Na república, nas datas comemorativas<sup>29</sup> eram distribuídos “bodos aos pobres”. João Rocha dos Santos, político que exerceu funções na monarquia, no “sidonismo”, e no “Estado Novo”, teve particular relevo no apoio social, considerando-o sempre a prioridade nos seus mandatos. No “sidonismo” terá mesmo conseguido apaziguar os operários com ajudas, desviando-os da resistência republicana do PRP. A Câmara, a que presidiu, chegou a contrair um empréstimo de 50 contos só destinado à compra de géneros alimentícios, estava-se na primeira grande guerra (1918).

Em 1920, quando republicanos e socialistas se aliaram, pela primeira vez, no poder municipal, os primeiros acusavam os segundos de incentivarem as manifestações pelo pão contra “aqueles que lhes deram vereadores na Câmara Municipal” e “no tempo do sidonismo quando lhes matavam as mulheres a pontapé por estas pedirem pão e nada faziam”<sup>30</sup>.

É na “ditadura”<sup>31</sup> e no “Estado Novo”<sup>32</sup> particularmente no período da segunda guerra mundial que mais cresceram as instituições, agora denominadas de “benemerência”.

Eram constantes os apelos: “A crise do trabalho é pavorosa, a lavoura não dá para sustentar, a indústria e o comércio estão atravessando das piores crises, às Câmaras Municipais compete abrir obras, dar trabalho, dar pão aos pobres”<sup>33</sup>.

Estes pedidos inseriam-se também no novo discurso ideológico da “ditadura” que falava num “operário novo” e num “patrão novo”. A estes apelava: “Sede para os vossos operários o pai consciente e amigo”, aos primeiros: “considerai os vossos patrões como pais e correi a chicote os agitadores”.<sup>34</sup>

Houve correspondência dos mais afortunados. Escolas públicas foram doadas por beneméritos. Torres Carneiro, emigrante no Brasil, custeou a escola de Serzedelo. O industrial António Teixeira de Melo a escola de Ronfe. A Companhia de Fiação e Tecidos construiu a escola de Campelos.

Esta ação benemerente nem sempre foi compreendida. Na segunda guerra, no período de maior carência tentou-se evitar o açambarcamento dos cereais. A Companhia de Fiação e Tecido tinha amplas propriedades agrícolas e prometeu garantir o abastecimento dos seus operários. O açambarcamento não foi permitido e todos os proprietários foram obrigados a entregar os cereais ao celeiro municipal. Tal provocou as mais violentas manifestações em Campelos.

<sup>28</sup> “Guimarães no século XX, Volume I”, Raul Rocha, pág.158

<sup>29</sup> 31 de janeiro, 5 de outubro, aniversário da aprovação da 1ª Constituição da República, 13 de fevereiro (fim da “ditadura” de Pimenta de Castro).

<sup>30</sup> “Velha Guarda”, órgão do PRP, publicou-se entre 1912 e 1930.

<sup>31</sup> Após o 28 de maio de 1926, o regime auto denominou-se de “Ditadura Nacional”.

<sup>32</sup> “Estado Novo”, denominação do regime após a aprovação da Constituição de 1933.

<sup>33</sup> “Comércio de Guimarães”, 1929

<sup>34</sup> “Berço da Grei”, semanário nacionalista vimaranense dirigido por António Lino.

As instituições de todo o concelho promoveram cortejos de oferendas “pelos pobres, pelos doentes”. A Misericórdia, dirigida por Mário Meneses<sup>35</sup>, a Casa dos Pobres com dádivas de João Teixeira de Aguiar<sup>36</sup>, as Oficinas de S. José presididas por Alberto Pimenta Machado, as Ordens de S. Francisco e de S. Domingos dirigidas por João Martins de Freitas e Gaspar Paul<sup>37</sup>.

Se a guerra trouxe miséria às classes trabalhadoras, trouxe elevadas fortunas aos industriais que aumentaram as vendas para todo o mundo que deixara de ser fornecido por uma Europa em guerra. Criou-se assim uma situação de gritante desigualdade social, escondida porque não houve cultura de ostentação nem de consumo. Os “novos ricos” apareceram como beneméritos à frente das instituições de caridade. O exemplo mais significativo, na época, foi Alberto Pimenta Machado. Tinha um “império” empresarial: Têxtil Vila Pouca, Fábrica de Serração e Móveis, Armazéns que comercializavam para todo o mundo.

Pimenta Machado apoiou a construção de um novo quartel dos bombeiros, onde era dirigente, na antiga parada e instalou os seus armazéns no anterior quartel. Na inauguração, o Presidente da associação realçou “as casas de caridade, asilos, creches, que conhecem bem a sua generosidade”. O governo concedeu-lhe a ordem de benemerência e o título de comendador. Foi presidente das Oficinas de S. José, Juiz da Irmandade da Penha, Presidente das Festas da cidade, membro do Conselho Municipal, Vereador.

A disponibilidade para contribuir, embora mais incentivada pelos industriais mais próximos da política, pode ser generalizada a toda a classe empresarial concelhia. Todos tinham consciência que estavam a ganhar muito, havia muita miséria e só a benemerência travaria os pobres de uma revolta social.

Albano Guise, residente no Brasil, sempre que regressava em férias, transferia avultados donativos para as Oficinas de S. José. Aprígio Cunha Guimarães presidia e apoiava com a Casa dos Pobres de Pevidém. Pimenta Machado (em S. Pedro de Azurém) e Belmiro Mendes de Oliveira<sup>38</sup> (no Monte Largo) construíram, bairros para pobres.

A situação em Guimarães era vivida em todo o país. Na assembleia nacional foi sugerido um inquérito às “astronómicas fortunas”. O Ministro da Economia proibiu a entrada de artigos de luxo.

Mas tarde, nos finais dos anos 1960, é ainda em torno dos donativos para pobres que, entre outras causas, tem origem o movimento “Unidade Vimaranense”. O Governador Civil de Braga Santos da Cunha<sup>39</sup>, tentou mobilizar os empresários vimaranenses para contribuírem para um bolo global de benemerência para os pobres do distrito. O sentimento bairrista de Guimarães falou mais alto e avançou na defesa dos interesses vimaranenses com autonomia em relação ao distrito e ao Governador. António Xavier que presidia à Casa dos Pobres lembra esse episódio<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> Professor da Escola Industrial. Foi Provedor da Misericórdia dos anos 1920 aos anos 1960.

<sup>36</sup> Benemérito, Emigrante no Brasil.

<sup>37</sup> Administradores da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães.

<sup>38</sup> Industrial da Luzcor. Benemérito. Proprietário da Casa das Quintãs onde está instalada a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave).

<sup>39</sup> António Maria Santos da Cunha foi Presidente do Sindicato de Comércio de Braga, Presidente da Câmara de Braga, Deputado, Governador Civil.

<sup>40</sup> Depoimento ao autor.



## As associações e as festas da cidade

A criação e toda a riqueza do movimento associativo em Guimarães teve como suporte a classe empresarial local. As festas da cidade foram criadas em 1907 por João de Melo (Presidente da Associação Comercial). Ao longo do século foram na sua maioria organizadas pela organização representativa dos comerciantes (associação comercial ou Grémio do comércio, a sua denominação durante o “salazarismo”) com um papel relevante dos seus presidentes, mas também de outros empresários. As festas eram dias de muito forte atração comercial onde Guimarães era visitada não só pela população de todo o concelho mas também de todo o Norte, com comboios especiais de ligação ao Porto nos dias da “Marcha”.

Eduardo Manuel de Almeida<sup>41</sup>, António Lima, António José Pereira Rodrigues<sup>42</sup>, Alberto Pimenta Machado, Silvino Sousa<sup>43</sup>, Casimiro Martins Fernandes<sup>44</sup>, António Emílio Ribeiro, Jorge Antunes<sup>45</sup>, Eleutério Martins Fernandes<sup>46</sup>, José Abílio Gouveia<sup>47</sup>, Francisco Silva Guimarães<sup>48</sup>, foram todos presidentes dos comerciantes com grande importância na realização das festas da cidade e gualterianas.

Quando os comerciantes não aceitaram a organização por menor disponibilidade dos seus dirigentes ou por discordância com os subsídios atribuídos pelo município, o que sucedeu por vezes, a Câmara assumiu essa organização, nomeou comissões, ou convidou outras associações. Foi o caso do “Convívio” (anos 1960) ou da Irmandade dos Santos Passos (anos 1970). O Vereador Daniel Nunes de Sá<sup>49</sup> pelo Município, Lopes de Sousa<sup>50</sup> pelo “Convívio”, Antonino Dias de Castro<sup>51</sup> pela Irmandade de S. Gualter, Laurentino Teixeira<sup>52</sup> e Alberto Oliveira<sup>53</sup>, estes dois últimos também por delegação municipal já nos últimos anos do século tiveram especiais responsabilidades.

Nesta envolvência dos empresários locais com as gualterianas, ficou na história do bairrismo da cidade a reconstrução da Praça de Touros em cinco dias, depois de um incêndio, nas festas de 1947. O incêndio na praça de touros ocorre numa segunda-feira e no domingo seguinte teria lugar a Corrida de Touros, número forte do programa gualteriano. A reconstrução mobilizou toda a cidade com particular empenho dos empresários que integravam a comissão de festas: Alberto Pimenta Machado, António José Pereira Rodrigues, José Rodrigues Guimarães, Fernando Setas, Camilo Laranjeiro, Joaquim Xavier, António Costa Guimarães, Fernando Jordão, Abílio Gouveia (animador pela rádio) e António Lima que representava a Câmara na comissão.

---

<sup>41</sup> Pai do advogado Eduardo de Almeida. Político monárquico e republicano. Presidente da Associação Comercial

<sup>42</sup> Genro de António Lima. Sucedeu-lhe na Fábrica do Arquinho e nas gualterianas após o seu falecimento.

<sup>43</sup> Presidente da Associação Comercial na década de 1940.

<sup>44</sup> Idem

<sup>45</sup> Cunhado de António Emílio Ribeiro, sucedeu-lhe nas gualterianas após o seu falecimento. Gerente da Casa dos Linhos. Presidente do Vitória. Comandante da Mocidade Portuguesa.

<sup>46</sup> Presidente da Associação Comercial. Gerente da Gráfica Minhota. Vereador Municipal.

<sup>47</sup> Gerente da A. Gouveia. Dirigente do Vitória. Presidente do Grémio do Comércio. Criador e locutor de programas de rádio. Instalou um estúdio no Toural para apelar à reconstrução da Tourada (1947).

<sup>48</sup> Gerente da Ourivesaria Silva Guimarães. Presidente da Associação Comercial após o 25 de abril de 1974.

<sup>49</sup> Diretor da Escola Industrial nos anos de 1950, 1960, 1970. Vereador Municipal.

<sup>50</sup> Presidente do “Convívio”.

<sup>51</sup> Diretor do “Notícias de Guimarães” durante 70 anos.

<sup>52</sup> Dirigente de várias associações. Administrativo na Casa Pimenta Machado. Representante do Sindicato dos Caixeiros na Associação da Marcha Gualteriana.

<sup>53</sup> Presidente da Junta da Costa, Vereador Municipal, Presidente da Associação da Marcha Gualteriana.

Para além das festas há uma presença de empresários em toda a vivência associativa. Logo nos anos 1920, é criada a Liga dos amigos do Museu para apoiar a criação do Museu Alberto Sampaio, iniciativa de Alfredo Guimarães<sup>54</sup>. No início dos anos 1930, Guimarães desperta para a construção de um novo Teatro que substituísse ou requalificasse o velho Teatro Afonso Henriques. Há uma mobilização geral da sociedade empresarial: os irmãos Costa Guimarães, João Rodrigues Loureiro, João Teixeira Aguiar, Rocha dos Santos, António Lima, entre vários outros. Só faltou um, aquele que sozinho vai erguer o novo Teatro: Bernardino Jordão, mesmo contra o poder político.

Também o projeto da construção de um Hotel levou à formação de comissões de empresários. Sem êxito. Apesar da relação fácil e do estatuto social comum, os investimentos em consórcio nunca avançaram. No início dos anos 1960 foi formada a comissão pró-Hotel, a instalar no Palácio de Vila Flor: Francisco Pereira Mendes, Joaquim Sousa Oliveira, Fernando Jordão (proprietário do Palácio), Antero Silva, Alberto Costa Guimarães, António Pinheiro, Manuel Paulino Ferreira Leite.

O primeiro grande impulso para a revitalização das festas nicolinas ocorre em 1945, época em que o termo no 5º ano de frequência liceal em Guimarães, limitava a capacidade dos “novos” organizarem as festas estudantis. Foi o primeiro passo para a criação dos “velhos nicolinos” mobilizando todos que tinham estudado no liceu, muitos dos quais empresários: António Faria Martins, Jerónimo Sampaio, Francisco Pereira Mendes, Afonso Costa Guimarães, Amadeu Costa Carvalho, Galdino Pereira, Gaspar Paul. Associaram-se naturalmente outros profissionais. A criação da Associação dos “Velhos Nicolinos” concretiza-se no início dos anos 1960.

Os empresários participaram também ativamente nas suas organizações. Todos os Grémios tinham representação no Conselho Municipal, incluindo o Grémio das Cutelarias com sede nacional em Guimarães.

São também jovens empresários que estão na origem da criação das associações “Assembleia” e “Convívio” no início dos anos 1960. Nos dois casos, novas gerações. Inicialmente, o “Convívio assumiu maior protagonismo com a organização das gualterianas e com a formação de direções do Vitória constituídas por seus membros. Mas, no início dos anos 1970, é na “Assembleia” que se gera o movimento “Unidade Vimaranesense” que vai liderar o bairrismo local nos anos finais da “ditadura” e primeiros anos da democracia.

É um advogado Fernando Alberto Ribeiro da Silva<sup>55</sup> que lidera o movimento muito sustentado em empresários como Alberto Adelino Sampaio<sup>56</sup> e António Xavier. É aí que se cria a “Unidade – Sociedade de Empreendimentos”, a primeira e único consórcio que realiza investimentos privados de interesse público. O caderno de projetos era muito ambicioso mas apenas foram concretizadas as Piscinas da “Unidade”, as primeiras na cidade. Estiveram abertas à população nas décadas de 1970 e 1980. Ficou uma ampla extensão de terrenos que, mais tarde, foram cedidos ao Vitória para a edificação do seu complexo desportivo, hoje Academia.

Falta referir duas instituições que sempre marcaram a vida da cidade com forte envolvimento de figuras da vida empresarial: Bombeiros e Misericórdia.

Se nos Bombeiros depois de Alberto Pimenta Machado foram muitas vezes profissionais liberais (João Mota Prego, João Carneiro, João Gomes Alves) com o apoio permanente de António Faria Martins, a assumir a sua presidência, foram figuras marcantes no comando do seu corpo operacional os empresários Manuel Paulino Ferreira Leite e Augusto Ribeiro<sup>57</sup>.

<sup>54</sup> 1º Diretor do Museu Alberto Sampaio. Amigo particular de Salazar.

<sup>55</sup> Líder da “Unidade Vimaranesense”. Advogado. Fundador do PSD/Guimarães, Governador Civil.

<sup>56</sup> Empresário da PREMALI. Fundador da “Unidade Vimaranesense”. Dirigente do Vitória.

<sup>57</sup> Gerente da Fábrica de Roldes – Fermentões. Provedor da Misericórdia. Sub comandante dos Bombeiros.

Na Misericórdia, uma lista de empresários assumiu a sua mesa administrativa no início dos anos 1960 em eleições disputadas que terminaram com os mandatos de 40 anos do Provedor Mário Meneses. Em tempos de “Estado Novo”, estas eleições com duas listas foram inéditas. O Provedor eleito foi Manuel Paulino Ferreira Leite, integrando a lista: Antero Henriques Silva, Joaquim Sousa Oliveira. Eles eram os principais contribuintes na sua ação de benemerência e quiseram mandar.

## O Vitória

É no Vitória que vamos encontrar no século XX, o maior e mais empenhado investimento do empresariado local para além das suas empresas.

Se o Vitória foi criado em 1922 por um grupo de jovens que gostava de jogar futebol e pediu ajuda a António Macedo Guimarães<sup>58</sup> que conhecia a organização do jogo por ter sido dirigente e árbitro quando antes tinha vivido no sul do país, logo em 1924 são os empresários da terra que passam a dirigir o clube. Na posse de Afonso Costa Guimarães, o secretário Luís Filipe Coelho já afirmava: “rejubilo por ver na Direção um António Faria Martins, um Afonso Costa Guimarães que de rapazes não podem ser alcunhados”<sup>59</sup>.

É também da Fábrica do Castanheiro que vem o segundo nome empresarial mais marcante no início da história vitoriana: Amadeu da Costa Carvalho, Presidente toda a década de 1930 e que vai ser distinguido como o primeiro Presidente Honorário do clube.

António Faria Martins foi em toda a história o seu dirigente com mais tempo em funções, desde os anos 1920 até 1980 quando faleceu.

A lista de empresários que dirigiram o Vitória ao longo de todo o século XX é longa. No mais completo voluntariado deram-lhe tempo, dinheiro, competência, justificando a referência, em vários momentos, de clube mais bem dirigido do país. Mais marcantes: Antero Henriques Silva, António Urgezes Santos Simões, Diamantino Mourão, Alberto Costa Guimarães, Alberto Pimenta Machado Júnior, Júlio Martins, Manuel Cardoso do Vale, Joaquim Sousa Oliveira, Belmiro Jordão, Casimiro Coelho Lima, Egídio Pinheiro, Domingos Torcato Ribeiro, Damião Silva, Adriano Costeira, Alberto Magalhães e Sousa, Antero Silva Júnior, António Manuel Rodrigues Guimarães, Gil Mesquita Vieira de Andrade, António Coimbra Pimenta Machado, José Manuel Arantes, Pedro Xavier.

Uns foram presidentes, outros dirigentes e sócios beneméritos, mas todos eles, em conjunto com muitos outros profissionais liberais, técnicos superiores, administrativos e comerciais de empresas, gerentes bancários, conseguiram no Vitória construir a maior obra coletiva, em consórcio, com direções colegiais, onde o “presidencialismo” só teve lugar no final do século.

Nos anos anteriores ao profissionalismo, os jogadores vinham jogar para o Vitória em troca de emprego nas fábricas dos seus dirigentes. As Fábricas do Castanheiro, da Cruz de Pedra<sup>60</sup> da Madroa<sup>61</sup>, devem ser referidas. Mas não só nas fábricas, os jogadores tinham uma ocupação profissional que lhes garantia o futuro. Silveira, capitão de equipa na transição 1950/1960 foi funcionário municipal, Zeferino Duarte motorista de táxi com licença concedida por influência do Vitória. Mesmo no tempo do profissionalismo, Manuel Pinto<sup>62</sup> trabalhou na “Premali”<sup>63</sup>.

<sup>58</sup> Comerciante de Chapelaria Macedo onde foi criado o Vitória. Seu 1º Presidente.

<sup>59</sup> “A Razão” (1924).

<sup>60</sup> Empresa de Antero Henriques da Silva e António Urgezes Santos Simões.

<sup>61</sup> Empresa da firma “Freitas Pereira & Cª” onde tiveram funções de gerência Diamantino Mourão e Hélder Rocha.

<sup>62</sup> Internacional pelo Vitória.

<sup>63</sup> Empresa de Alberto Adelino Sampaio.

O que levou sucessivas gerações de empresários locais a tanto investirem no Vitória?

Nos anos 1930, a afirmação de Guimarães relativamente a Braga, na época dos campeonatos distritais.

Nos anos 1940, a expansão para novos mercados que o futebol, como arauto de propaganda e divulgação, proporcionava.

Nos anos 1950, a descida de divisão em 1955, a única no século, levou a uma resposta e ao desafio de fazer do Vitória um “grande” do futebol nacional.

Nos anos 1960 e 1970 a concretização do Vitória como “4º grande” e “histórico” do futebol nacional e a correspondência na segunda geração à herança dos fundadores.

Nos anos finais do século (1980 e 1990) a afirmação do Vitória tem muito a ver com o protagonismo no espaço mediático do seu presidente António Pimenta Machado

No corrente século XXI é a identidade vitoriana, orgulho da terra, de uma cidade sem outras opções clubistas nacionais, exemplo único.